

CALAMIDADE NO RS

MP diz que alerta sobre riscos dos diques há anos

Débora Ertel

debora.ertel@gruposinos.com.br

Foi na década de 1960 que a população do Vale dos Sinos, em especial a comunidade de São Leopoldo, se mobilizou pela criação do Sistema Contra as Cheias do Rio dos Sinos. A construção de diques e instalação de Casas de Bombas, que começaram em 1974, foram projetadas para evitar inundações em São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Ocorre que a obra, realizada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), extinto em 1990 no governo Collor, nunca foi concluída. E mais, os diques, que pertencem à União, não têm recebido manutenção federal há anos. É isso que o Ministério Público Federal (MPF) vem alertando desde 2019.

Nesta terça-feira (14), o órgão divulgou nota porque há, pelo menos, cinco



Imagem aérea do dique, na Vila Palmeira, bairro Santo Afonso, em Novo Hamburgo

anos chama atenção para o risco de uma catástrofe na região. “Infelizmente, dois diques acabaram se rompendo. Uma obra que não teve a finalização devida. Se temos essa desgraça da enchente, quem sabe conseguimos encaminhar soluções a partir de agora”, declarou Celso Tres, procurador da República, à Rádio ABC 103.3 FM.

Histórico na Justiça

Em 1995, foi firmado um convênio entre São Leopoldo com a União para continuidade das obras e reparos do sistema de proteção. Em 2019, o MPF se manifestou favorável a uma ação movida pela Prefeitura de São Leopoldo para receber a quarta e última parcela para a finalização do sistema. Na época, o valor era de R\$ 5 milhões. O município cobrava ainda a quantia de R\$ 12,8 milhões referentes

aos custos de manutenção do sistema dos últimos cinco anos. Em 2019, o custeio mensal do serviço era de R\$ 233,3 mil.

Os pedidos da ação movida por São Leopoldo foram negados pela 1ª Vara Federal de Novo Hamburgo. A decisão afirmou que a manutenção do sistema era da prefeitura leopoldense, pois no entendimento da Justiça Federal, o dique não pertencia à União.



Obras do dique da Vila Brás devem ser finalizadas hoje

Ação no TRF4 ainda aguarda julgamento

O MPF recorreu da decisão no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), ação que até hoje não foi julgada, sendo que neste momento não é possível consultar a movimentação do processo porque o sistema está fora do ar por conta da enchente. Segundo Tres, o problema que envolve a manutenção do sistema de proteção vem de anos e não é apenas dos governos atuais. “Pelo retrovisor não se constrói nada no futuro. Não vai alterar a perda de vidas e o desastre econômico. É indispensável a participação do governo federal, de forma permanente”, ressalta. A Prefeitura de São Leopoldo foi questionada sobre a manifestação do MPF, mas não se pronunciou até o final da tarde de ontem.



Serviços emergenciais no dique estão em ação

Trabalho deve ser concluído nesta quinta

Com terça e quarta de tempo firme, a Prefeitura de São Leopoldo projeta que nesta quinta-feira (16) serão concluídas as obras emergenciais de reparo do dique da Vila Brás, junto ao limite com Novo Hamburgo, na Vila Palmeira. O serviço iniciou da sexta-feira da semana passada (10), realizado pela Construsinos.

“O que estamos fazendo é uma ensecadeira, para represar parcialmente o arroio, que também serve de proteção ao grosso das águas. Uma vez terminado, iniciaremos, após a diminuição das águas, a construção do verdadeiro dique de contenção”, explica Antonio Geske,

diretor do Sistema de Proteção Contra Cheias da Secretaria do Meio Ambiente (Semmam).

O dique é uma estrutura em argila, material impermeável, com 9,5 metros de altura. A proteção tem início na Rua Ottawa, bairro Santo Afonso, e segue por 21 quilômetros, impedindo que as águas avancem por São Leopoldo.

Outros serviços

Em relação ao dique do Arroio da João Corrêa, o Consórcio Nova Via também realiza a colocação dos rachões e prevê a finalização nesta quinta-feira, dependendo das condições climáticas.

Prefeituras buscam parcerias

Com as cidades inundadas, prefeituras estão recorrendo às empresas e parcerias até de fora do Estado em busca de solução para bombear as águas da enchente. Além disso, também há quem usou medidas preventivas, caso fosse necessário por conta do aumento do nível dos rios, e já pense em medidas de reconstrução.

Isso foi o que ocorreu em Pelotas, na região Sul, onde a Lagoa dos Patos desalojou milhares de pessoas em razão do fluxo que vem pelo Lago Guaíba. Conforme a prefeitura

pelotense, 15 bombas flutuantes de alta vazão foram disponibilizadas pela iniciativa privada no município, a maioria de produtores de arroz.

Em Canoas, depois que a enchente deixou 80% da cidade ilhada, a prefeitura tem pedido ajuda externa. Conforme o prefeito Jairo Jorge, dezenas de bombas serão emprestadas pela Farsul. Ele ainda cita a cooperação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan).



Equipamentos emprestados por arroseiros em Pelotas

Obra nunca foi completada

O DNOS se encerrou em 15 de agosto de 1990, quando toda a estrutura do órgão foi alocada para o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Ministério da Infraestrutura. Com isso, o sistema de proteção ficou “sem pai e nem mãe” e as obras do dique estacionaram nos 93%, como aponta o MPF, o que também teve impacto na manutenção da estrutura.

No entanto, Tres explica que essa é uma obra que não se esgota, pois, a

cada enchente, outros problemas são causados. Com isso, o sistema precisa de manutenção permanente e, por isso, o percentual para alcançar os 100% de eficiência do sistema já ultrapassa os 7% apontados há cinco anos.

A contenção soma 21 quilômetros entre Novo Hamburgo e São Leopoldo, sendo mais de 18 quilômetros no lado leopoldense. Os projetos foram elaborados com auxílio de técnicos alemães, e o governo alemão também financiou parte da obra.



Buraco na contenção prejudicou os alagamentos